

As bases do pensamento de Keynes e o papel do Estado

The foundations of Keynes' thinking and the role of the State

Petrus Alves Freitas ^a

Filipe de Castro Vieira ^b

Resumo: A concepção de John Maynard Keynes acerca da economia capitalista tem por característica principal a *incerteza*. A visão sobre a incerteza, inerente a própria realidade, se ampara fundamentalmente tanto em sua teoria da probabilidade, expressa em *Treatise on Probability*, – a qual demonstra que a probabilidade não trata do cálculo das frequências dos fenômenos passados, mas que ela está intimamente ligada a uma relação lógica e racional de como o ser humano conhece algo e interage com este algo – quanto numa visão realista do mundo. Sustentamos a hipótese de que Keynes conseguiu apreender um aspecto primordial na realidade objetiva: a contraposição entre intencionalidade das ações dos indivíduos e a interação dessas ações com a totalidade da sociedade. Desse modo, o presente trabalho intenta analisar as bases da concepção acerca do caráter incerto da realidade e da formação das expectativas em Keynes, para, a partir daí, compreender suas propostas de intervenção do Estado em sua *Teoria Geral*.

Palavras-chave: Keynes; expectativas; incertezas; Estado; filosofia moral.

Classificação JEL: E12

Abstract: John Maynard Keynes' conception of the capitalist economy is primarily characterized by uncertainty. The view on uncertainty, inherent in reality itself, is fundamentally supported both by his theory of probability, expressed in the *Treatise on Probability*, which demonstrates that probability does not deal with calculating the frequencies of past phenomena, but rather that it is closely linked to a logical and rational relationship of how human beings perceive and interact with something, as well as by a realistic worldview. We hypothesize that Keynes was able to grasp a fundamental aspect of objective reality: the juxtaposition between the intentionality of individual actions and the interaction of these actions with the entirety of society. Thus, this study aims to analyze the foundations of Keynes' conception of the uncertain nature of reality and the formation of expectations, in order to understand his proposals for state intervention in his *General Theory*.

Keywords: Keynes; expectations; uncertainties; State; moral philosophy.

JEL Classification: E12

^a Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e o Marxismo (NIEP-UFF). E-mail: petrus.alves@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5313-3999>.

^b Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF). Membro do Núcleo de Estudos em Economia e Sociedade Brasileira (NEB-UFF) e do Observatório do Sistema Financeiro (OSF-UFRJ). E-mail: filipe.dc.vieira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6625-5143>.

1. Introdução

A ciência moderna, enquanto uma forma do conhecimento humano, tem raízes profundas e bem longínquas com a filosofia. Toda elaboração do pensamento mais sofisticado, a construção de uma teoria econômica, por exemplo, até mesmo a formação do pensamento comum, como aquele que guia o nosso comportamento cotidiano, sofre influência de uma ou de outra premissa filosófica preexistente e vice-versa. Isso significa que o conhecimento é sempre cumulativo e retroalimentado, fornecendo as bases para uma novidade teórica, tornando, assim, a ciência mais complexa. Os pensamentos e elaborações de um grande autor do alcance de John Maynard Keynes também se mantêm por uma base filosófica sólida, em que sustenta uma intervenção prática na realidade, caso contrário, a “revolução” keynesiana não teria perdurado até os dias atuais, e Keynes teria sido esquecido pelos economistas do período recente. Neste sentido, a obra de Keynes continua desencadeando debates e desdobramentos relevantes para a economia contemporânea, principalmente pós crise de 2007-2008. Em momentos de crise, diversos “axiomas” da literatura econômica são revistos, numa tentativa da própria economia em dar respostas aos fenômenos postos pela realidade. Desse modo, revisitar autores da envergadura teórica de Keynes nos abre outro caminho possível para estabelecer algumas proposições de intervenção na realidade.

A preocupação em sistematizar um método de análise que seja verdadeiramente compatível com os objetos estudados é recorrente na economia, sendo sempre um ponto controverso, e em Keynes não poderia ser diferente. Neste trabalho, portanto, propomos o resgate das bases filosóficas, políticas e econômicas as quais sustentam o seu método de análise de realidade, ou seja, do caráter incerto dessa realidade. A dificuldade encontrada nesse processo, além da ampla bibliografia existente, recai sobre a questão da carência de uma sistematização explícita do autor sobre seu método, o que gerou algumas controversas interpretações entre os estudiosos do deste tema.

Diversas são as elaborações na temática, e a primeira delas é justamente a indagação se Keynes possui um método coerente, que se desdobram nos debates sobre o pluralismo metodológico e o processo de indução nas análises keynesianas. A nossa breve investigação desse aspecto intenta demonstrar a coerência do pensamento keynesiano com a realidade capitalista em que este autor se encontrava, por isso preferimos inferir ao autor um tipo de realismo-metodológico, o qual tentaremos expor adiante.

Estamos longe de encerrar tal discussão, mas a busca pelas bases do pensamento keynesiano aparece para somar na compreensão deste autor. Para isso, o trabalho foi dividido em três seções, a saber: 2. uma breve investigação sobre as bases do pensamento de Keynes e sua formulação do princípio da incerteza e da formação das expectativas; 3. uma demonstração da importância das expectativas para o princípio da demanda efetiva; e 4. a apresentação de algumas proposições acerca da intervenção prática com as políticas de Estado. Pretendemos sintetizar os resultados alcançados nas considerações finais deste trabalho.

2. Breve investigação sobre as bases do pensamento de Keynes

Dentro das ciências sociais, área em que a economia está inserida, a preocupação com um método de análise que seja cientificamente confiável sempre se fez presente. Não é por acaso que Émile Durkheim (2007), em *As Regras do Método Sociológico*, e Max Weber (2016), em *Metodologia das Ciências Sociais*, obras do século XIX, se preocuparam em sistematizar questões relativas ao método das ciências sociais, para citar os clássicos. Outros autores influentes na economia, como Karl Marx e Joseph Schumpeter destinaram, em algum momento de suas obras, alguma atenção sobre este tema. Evidentemente não há um consenso entre esses autores em eleger um método definitivo na Economia, e tal fato seria impossível. Em Keynes, embora não haja uma sistematização explícita do seu método, – motivo da dificuldade de descrevê-lo com precisão – tem sido alvo de uma intensa investigação¹.

As reflexões de Keynes sobre o método de análise encontram-se ao longo de sua obra e, sobretudo, em sua noção de probabilidade exposta no *Treatise on Probability* (TP), publicada em 1921. É atribuído ao método de Keynes uma ruptura com a ciência positivista (SOUZA, 2003) e uma inovadora abordagem epistemológica (CARVALHO, 2003), como nos trabalhos da linha do “keynesianismo filosófico” de Andrade (2000). A origem desse debate remete aos anos 1980, com o resgate de Keynes pelos pós-keynesianos, como afirma Carabelli (1988). Estamos certos de que, em larga medida, Keynes rompe com o empirismo positivista tradicional da economia², negando o individualismo e o atomismo dos neoclássicos, conforme abordaremos a seguir.

O método próprio de Keynes, para a análise da economia capitalista, em nosso ponto de vista, só foi possível a partir da sua percepção de mundo que se desdobra numa teoria do conhecimento exposta no TP. Desse modo, essa visão de mundo precede o método. Com essa forma de ver o mundo, ele pôde pavimentar o caminho para uma interpretação da Economia distinta da economia hegemônica. Keynes não enxergava a ciência, muito menos a Economia, separada da ação prática, pelo contrário, o conhecimento adquirido de maneira científica deve necessariamente balizar a ação humana, e esta ação é o que cria o mundo.

Em suas bases filosóficas, política e econômica, Keynes sofreu influência de diversos autores, entre eles a de George Edward Moore, sua perspectiva política teve como influência Edmund Burke (SKIDELSKY, 1992). Na teoria econômica, como principal influenciador, teve seu amigo e mestre Alfred Marshall. Sobre este último, talvez o mais importante, podemos dizer que Keynes foi herdeiro direto do desenvolvimento dos *Principles of Economics* (1891). Como continuador do legado de Marshall – o superando na elaboração dos princípios apresentadas na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, doravante Teoria Geral – Keynes adotou as determinações da chamada “tesoura

¹ Há uma vasta bibliografia sobre este tema, como elementar ver: Carabelli (1988), Corazza (2003; 2009), O'Donnell (1989); Carvalho (1988; 1992).

² Ainda há uma herança empirista, mas que assume o sentido da não correspondência da realidade com os fatos captados pelos sentidos, mas como o intuito de intervir sobre uma realidade concreta que é, portanto, empírica. Também não há uma dicotomia entre racionalismo e empirismo em Keynes.

marshalliana” na determinação da oferta e da demanda e a utilização de cálculos de elasticidade para medir a intensidade da variação da quantidade de um bem frente a variação dos preços. Muito mais importante do que isso, Keynes utiliza da percepção histórica da economia de Marshall, herdando a análise do contexto histórico como ponto de partida para sua apreensão da realidade objetiva e a preocupação de apresentar soluções de maneira concreta.

É na Teoria Geral que Keynes estuda o que motiva a tomada de decisão dos empresários no ambiente em que reina a incerteza radical (não-probabilística), fundamento da vida em sociedade que é totalmente incontornável. A visão de mundo de Keynes permitiu a percepção de que é impossível tomar conhecimento ou consciência dos fatos futuros que regem o comportamento no presente dos agentes econômicos. O futuro é por definição desconhecido. Essa visão de mundo é precedente ao modelo keynesiano. Porém, somente afirmar que a realidade é incerta não nos explica o fundamento dessa incerteza. A resposta que encontramos em Keynes para isso está na interação das ações individuais, em palavras da filosofia: na interação entre *teleologia* e *causalidade*³.

Isso significa dizer que individualmente, conhecendo a realidade, desejamos certos fins e, para isso, fazemos o que julgamos ser o mais correto para que tudo saia como planejado. Entretanto, é extraordinariamente improvável que se realize perfeitamente o que foi planejado. Caso se realize, muito provavelmente não ocorre do modo idêntico ao esperado. Todos os resultados são produzidos a partir de uma série de acontecimentos causais, que se combinam, na totalidade, com circunstâncias casuais, alheias às vontades individuais e controle das coisas, ou seja, de maneira independente. Quanto mais dinâmica é a sociedade, especialmente a sociedade capitalista, mais se contrapõe a intencionalidade das ações e a casualidade delas. Em poucas palavras: na perspectiva individual coloca-se em movimento ações que vão produzindo determinados resultados, entrelaçando com as demais ações também individuais de outrem, se complexificando cada vez mais, o que, na perspectiva da totalidade, acontece de forma meramente *casual*. É impossível prever o futuro. É diante desse aspecto da realidade que Keynes concebe a unidade das ações individuais e a sociedade.

Em sua teoria do conhecimento, portanto, Keynes nos mostra que as informações e o conhecimento que o sujeito tem sobre a realidade, que são obtidos de forma objetiva (premissas observáveis), agem conjuntamente com a sua subjetividade, isto é, aquilo que ele acredita que irá acontecer (premissas construídas, fruto da inexistência de informações, portanto, do desconhecimento), dadas as informações e conhecimento adquiridos, são posteriormente transformados em ação (KEYNES, 1921). O conhecimento, assim sendo, é imperfeito⁴. O mundo, percebido pelos nossos sentidos, é construído diante dessa incerteza⁵.

³ O trabalho do filósofo húngaro György Lukács é, sem dúvidas, uma leitura obrigatória para o entendimento da interação destas duas categorias da realidade (LUKÁCS, 2013).

⁴ A incerteza (radical) em Keynes decorre da inexistência de informações, não da assimetria de informações.

⁵ Keynes soube admitir que é o comportamento humano que constrói o mundo, desta forma, o que será construído é o futuro, ele não pode de modo algum ser conhecido antes de ter sido construído.

O TP pode ser considerado a origem desse método de Keynes. Por isso, o objeto da ciência econômica é o comportamento dos indivíduos, mas não de maneira isolada, e sim sua interação em sociedade. Esse comportamento, segundo Keynes, é passível de ser investigado e compreendido. O ponto de partida de Keynes é essa inteligibilidade da interrelação do comportamento individual, jamais uma *irracionalidade*. Temos uma teoria da probabilidade baseada na ação humana, exposta no TP, um trabalho de filosofia prática e ética, o qual visa uma ciência moral que se atém ao comportamento humano em geral, o que mais tarde será atribuída ao seu comportamento na economia. O caráter probabilístico refere-se ao grau de confiança concedido ao conhecimento observável (objetivo) e construído (subjetivo), até se formar, com a combinação desses elementos, uma decisão concreta. O que Keynes chamou de estado de confiança do empresário nada mais é do que o grau em que o indivíduo acredita nas suas projeções para o futuro, baseando-se em determinações passadas – que podem se manter ou mudar radicalmente – e estas expectativas podem ou não se concretizarem. Assim, Keynes resgata a história (a realidade concreta e o seu contexto) e a sua relevância para a análise econômica. A história é construída pelos próprios agentes econômicos, de maneira irreversível. As condições em que foram tomadas as decisões podem não se manter as mesmas no período de tempo seguinte, o que faz necessário uma revisão nas expectativas. O tempo é fundamental para entender a formação das expectativas, pois elas são formadas no tempo presente, mas são postas a prova no futuro.

Não obstante, sua análise da probabilidade denota que um grau de crença dos indivíduos não pode ser mensurável (KEYNES, 1921). As características da probabilidade de Keynes podem ser elencadas da seguinte maneira: (i) uma não ligação direta entre a lógica com os dados empíricos; ela é, desta forma, (ii) não mensurável e incomparável, como nas frequências a qual determina a probabilidade de um evento com um grande número de tentativas. Ela é um problema que passa pelo crivo dos juízos e valores que são probabilísticos, isto é, uma relação *provável*, aquilo que pode acontecer ou não. Essa probabilidade se torna o principal instrumento da Economia, balizando o grau de crença racional, com a lógica do conhecimento limitado. O critério de objetividade é que as probabilidades não dependem das vontades individuais, os fatos acontecem ou não, independentemente do que se espera que aconteça.

A hipótese da incerteza não-probabilística expressa que as informações necessárias para o cálculo probabilístico relativo às decisões econômicas aderentes ao equilíbrio neoclássico não existem. O conjunto de premissas observáveis, como a eficiência dos equipamentos, o grau de especialização dos empregados, as obrigações contratuais, etc. não é suficiente para tal cálculo, de forma que é necessário que os empresários tenham que construir premissas (não observáveis) e designar graus de confiança à essas premissas construídas subjetivamente, para, assim, tomar as decisões relativas à produção. Exemplo da impossibilidade de se realizar o cálculo probabilístico da incerteza dos agentes é dado por Cardim de Carvalho (2020, p. 90), em que o autor adverte que, para tal façanha, os empresários teriam que conjecturar sobre as decisões de seus concorrentes e também de seus fornecedores e clientes, logo, seria logicamente impossível o conhecimento a priori

das premissas necessárias para o cálculo probabilístico da incerteza. Essas premissas, não observáveis, precisam ser construídas para “preencher os vácuos com suas próprias suposições”, e são fruto da inexistência da completude informacional, não da assimetria de informação.

Então, os “agentes econômicos” são movidos pelo grau de confiança nas expectativas, em grande parte, de maneira *defensiva*. Como os agente econômicos se defendem da insegurança gerada pela incerteza? Ora, com o ativo mais líquido da economia. Isso elucida porque Keynes concebeu o capitalismo como uma economia monetária de produção, pois a economia depende da moeda que exerce uma função muito específica: de dar mais segurança em um ambiente de incerteza. A natureza do agente econômico, desse modo, tem por característica principal justamente a incerteza, contudo, este agente tem possibilidades de tomar suas decisões de investimento de maneira livre. É possível perceber que a racionalidade por trás das decisões é o que interessa para Keynes, e necessariamente a racionalidade do empresário, pois ela é uma condição imprescindível para a ampliação da riqueza na sociedade capitalista. Essa base da incerteza foi algo não admitido pela economia neoclássica.

Por meio da incerteza, Keynes distingue o que se espera do efetivado. Porém a incerteza pode e deve ser administrada, jamais eliminada por ser uma característica da própria realidade. A formulação de Keynes pode ser considerada como uma teoria do comportamento humano naquelas condições em que o conhecimento é “imperfeito”. E isso pode ser compreendido, racionalmente. Para ele, há um espaço entre o conhecimento e o futuro que é preenchido pelo grau de confiança. Confiança na continuidade da situação anterior. Mas esta confiança não é uma condição individual subjetiva, mas coletiva, ou melhor, são os juízos coletivos, porque há uma interdependência orgânica das decisões (DAVIS, 1989).

Podemos admitir, portanto, que o método em Keynes utiliza necessariamente da história (realidade concreta) e sua teoria da probabilidade, e estabelece uma racionalidade prática, pois os problemas a serem solucionados não são teórico-abstratos, mas concretos. Keynes acreditava que a mudança da conduta humana, com o progresso moral crescente dos indivíduos poderia levar ao crescimento da civilização humana, por isso a Economia é uma ciência moral.

3. A importância das expectativas para o princípio da demanda efetiva

Em sua obra, Teoria Geral, Keynes analisa como a teoria econômica clássica⁶ determina o nível de emprego, baseando-se em dois “postulados”, a saber: i) que o salário

⁶ Aqui é preciso advertir que a “teoria econômica clássica” e, conseqüentemente, a “economia clássica”, está definida a partir de Keynes. Tal definição aparece na única nota de rodapé do Capítulo 1 da Teoria Geral, intitulado “A Teoria Geral”. Diz ele: “Os economistas clássicos’ é uma denominação inventada por Marx para designar Ricardo e James Mill e seus predecessores, isto é, os fundadores da teoria que culminou em Ricardo. Acostumei-me, talvez perpetrando um solecismo, a incluir na ‘escola clássica’ os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram sua teoria, compreendendo (por exemplo) J. S. Mill, Marshall e o Prof.

é igual ao produto marginal do trabalho, o que determina a curva de demanda por mão de obra; e ii) que a utilidade do salário é igual à desutilidade marginal do trabalho, que determina curva de oferta de trabalho. Isso implicaria, do lado da oferta de trabalho, a compatibilidade ao “desemprego voluntário”, isto é, a recusa de trabalho por parte dos ofertantes em aceitar a remuneração que não seja vantajosa a ponto de o indivíduo abrir mão de lazer/tempo livre, ou seja, o salário não compensa a desutilidade do trabalho. Dessa maneira, só há possibilidade de haver desemprego no caso de os indivíduos não aceitarem trabalhar àquele salário oferecido (desemprego voluntário). O caso clássico, então, parte da determinação do nível de emprego no mercado de trabalho (KEYNES, 1996).

Tanto a oferta quanto a demanda, seguem, segundo a teoria clássica, o comportamento racional de minimização dos custos e a maximização dos benefícios. Por exemplo, o que leva uma empresa a contratar um número de trabalhadores é o produto resultante da produção, isto é, o benefício de contratar mão de obra é o produto que uma unidade a mais de mão de obra vai fornecer em produto total. Por outro lado, os salários pagos aos trabalhadores contratados representam custos para esta empresa. Estabelecida essa relação de *custo x benefício*, a empresa deve comparar – em uma decisão otimizadora da escolha econômica – se é vantajoso ou não acrescentar uma unidade de trabalho, vigorando o princípio produtividade marginal do trabalho decrescente. Do lado dos ofertantes de mão de obra ocorre algo semelhante, ainda segundo a teoria clássica, os trabalhadores analisam os benefícios de ofertarem a sua mão de obra, os salários, em função de um determinado custo de estarem trabalhando e recusando o lazer. Assim, o benefício é salário e o custo é próprio trabalho, vigorando o princípio da desutilidade marginal do trabalho crescente.

É supérfluo dizer que quanto maiores os salários, maior será a oferta de mão de obra. Desta forma, se obtém o que determina o nível de emprego. O que está pressuposto também no caso clássico da Lei de Say, “os economistas clássicos têm ensinado que a oferta cria sua própria procura” (KEYNES, 1996, p. 56); tudo que for produzido será vendido. Este mecanismo de ajuste nos diz que os mercados se equilibram perfeitamente via preço. A consequência da proposição clássica é que a economia seguiria a tendência ao equilíbrio de pleno emprego dos fatores e a plena capacidade de produção. Keynes questiona o segundo postulado clássico e a Lei de Say, pois não é plausível dizer “o argumento de que o desemprego que caracteriza um período de depressão se deva à recusa da mão-de-obra em aceitar uma diminuição dos salários nominais não está claramente respaldado pelos fatos” (KEYNES, 1996, p. 49).

Keynes observou que as altas taxas de desemprego que assolavam a economia capitalista nas décadas de 1920 e 1930 não eram “resultado de uma obstinada resistência do trabalhador em aceitar uma diminuição dos salários nominais” (KEYNES, 1996, p. 49), porque em momentos de crise e rebaixamento dos salários, a decisão racional dos trabalhadores não é trabalhar menos, nem apenas um período de ajuste, pois vários anos haviam se passado e a economia permanecia em crise. Ou seja, os fatos, a experiência, a

Pigou”. Embora esta definição de Keynes seja, no mínimo, imprecisa, estamos utilizando-a com o intuito de manter o texto fiel às ideias do autor.

realidade concreta colocava em dúvida a análise clássica acerca da determinação da curva de oferta de trabalho. Aceitar o segundo postulado significava, portanto, não admitir a existência do “desemprego involuntário”⁷.

O rompimento de Keynes com a determinação da curva de oferta de mão-de-obra veio com o seu realismo, isto é, a sua visão preocupada com os problemas concretos da realidade. A visão do autor sobre a incerteza o leva a formular o seu “princípio da demanda efetiva” e a elucidar a determinação do emprego pela demanda agregada. Por outro lado, conforme aludimos anteriormente, a moeda “salvaguarda” o agente econômico do ambiente de incerteza.

Como a realidade concreta, segundo Keynes, não é o somatório das decisões individuais, mas as interações causais entre elas que vão além daquilo que se pretende pelo indivíduo ao agir, a incerteza sempre comparece em função justamente da incapacidade humana em apreender a totalidade das relações causais em que está inserido, e mais do que isso, sem ter controle sobre elas. Esta é a impossibilidade de conhecer o futuro, por isso uma ciência moral: o comportamento humano decorrente do cenário incerto.

Por meio do princípio da demanda efetiva (PDE), Keynes apreende que são os gastos autônomos, em especial os gastos em investimento, que determinam a renda agregada e o nível de emprego da economia. A decisão de investir depende da receita esperada pelos empresários, decorrente da realização das vendas da produção. Portanto, é a expectativa de lucro dos empresários que vai determinar o volume de produção e emprego e, por conseguinte, a renda agregada da economia.

Podemos verificar no PDE que o volume do emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção. Numa decisão otimizada, quanto mais uma empresa contratar, maior será a produção, contudo, maior o seu custo. Com o crescimento dos custos, o que é esperado racionalmente pelo empresário é que sua receita seja também maior. Esta receita esperada Keynes chamou de preço de oferta agregada (Z)⁸. O preço de oferta agregada é igual ao produto esperado pela empresa, dado a utilização de N homens, o qual consideram vantajoso contratar para obter com o resultado das vendas. Vale lembrar que não há garantia de que o que foi produzido será vendido. Quando o nível de emprego cresce, ocorre um aumento na produção, na renda e na demanda. Quanto mais a empresa contratar, maior será a demanda em termos agregados, portanto, a função de Demanda agregada (D)⁹, definida por Keynes, representa a receita que os empresários *esperam* receber, dado a utilização de N homens. D é aquilo que os empresários *acham* que vão receber.

⁷ A definição de Keynes para o emprego involuntário é um tanto confusa, diz ele: “Existem desempregados involuntários quando, no caso de uma ligeira elevação dos preços dos bens de consumo de assalariados relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto a procura agregada da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente” (KEYNES, 1996, p. 53).

⁸ O preço da oferta agregada é, portanto, uma função Φ de N , $Z=\Phi(N)$, sendo Φ positivo. Z é o que os empresários desejam obter.

⁹ Uma função $D = f(N)$, sendo $f > 0$.

Para cada nível de emprego existem três possibilidades, a saber: i) O preço da oferta agregada ser maior do que a demanda agregada ($Z > D$), neste caso há um incentivo ao investimento; ii) O preço da oferta agregada ser menor do que a demanda agregada ($Z < D$), neste caso não há o incentivo para o investimento; e iii) O preço da oferta agregada ser igual a demanda agregada ($Z = D$), isto é, o mínimo necessário para considerarem o investimento viável e assim contratarem mão de obra. Enquanto a teoria clássica supõe que o preço da demanda agregada sempre se ajusta ao preço da oferta agregada de tal modo que, seja qual for o valor de N , o produto D adquira valor igual ao do preço da oferta agregada correspondente a N . Porém, em Keynes, ambas as funções são crescentes, e a decisão otimizadora é tomada na intercessão¹⁰ das curvas D e Z , correspondente ao ponto de demanda efetiva. Nas palavras de Keynes: “Chamaremos *demanda efetiva* o valor de D no ponto de interseção da função da demanda agregada com o da oferta agregada”, e pela sua importância para a Teoria Geral, “consagrados ao exame dos diversos fatores de que dependem essas duas funções” (KEYNES, 1996, p. 61).

As empresas contratam os trabalhadores à medida em que o preço da oferta agregada se iguala ao preço da demanda agregada, no ponto de demanda efetiva, que é um ponto de equilíbrio. Os empresários igualam o que desejam vender com o que acreditam que vão vender, e somente a partir daí se tem um estímulo para a contratação, otimizando suas expectativas, efetivando a sua decisão de contratar trabalhadores.

Com o mundo em recessão é “natural” que as expectativas dos empresários, devido à crise que assolou o momento histórico em que Keynes escreve, sejam desfavoráveis à expansão do investimento e da produção. Abre-se, a partir deste raciocínio, o caminho da intervenção do Estado na economia, com política fiscal e política monetária expansionistas, para estimular a demanda agregada. Nota-se também que o investimento é o carro chefe da economia e o estado de confiança do empresário é de suma importância para a retomada do crescimento. A decisão dos empresários de comprar bens de capital para compor sua capacidade de produção e contratar trabalhadores, depende principalmente de dois elementos: a taxa de juros (i), determinada no mercado monetário¹¹ e o que o autor cunhou de “eficiência marginal do capital”. Vejamos isso mais de perto.

A demanda agregada, para Keynes, se divide em demanda por consumo de bens dos assalariados ($D1$) e demanda por bens de capital ($D2$). Esta segunda é afetada negativamente pela taxa de juros, e positivamente pela eficiência marginal do capital. Pensemos da seguinte maneira: para que uma empresa compre um bem de capital pode ser

¹⁰ Uma consideração importante a fazer é o fato de que a inclinação das retas demanda agregada é menor do que a inclinação da curva de oferta agregada, para que possam se tocar, porque um componente da demanda depende do nível de renda, o consumo, que responde a variações da renda proporcionalmente menor.

¹¹ Os motivos para demandar moeda são: motivo especulação, motivo precaução e motivo transação. Caso demanda por moeda aumente, desloca a curva de demanda por moeda, alterando a taxa de juros pra cima, assim, o nível de investimento decai (renda, produto e emprego diminuem). Com Estado aumentando a oferta de moeda, nessa situação, a taxa de juros diminui, o investimento aumenta (renda produto e emprego aumentam). Uma política monetária expansionista, portanto, é eficaz à medida em que, como que a moeda não é neutra, reduz a taxa de juros e expandindo o investimento, consequentemente a demanda, aumentando o nível de emprego aumenta o salário real.

utilizado o próprio capital acumulado, ou ela pode recorrer ao crédito. Desta forma, se optar, caso tenha, por utilizar seu próprio capital, o empresário estará abrindo mão de alocar este recurso no mercado de ativos financeiros e receber o retorno deste mercado. Caso recorra ao crédito, o empresário estará sujeito a pagar uma taxa de juros, assim, essa taxa de juros representa um custo. Já a eficiência marginal do capital, que serve de parâmetro para a decisão do empresário, não sendo idêntica a taxa de retorno do bem de capital, é um benefício para os empresários, isto é, quanto maior a eficiência marginal do capital, maior será a renda esperada pelo empresário. A decisão de compra do bem de capital deve necessariamente levar em consideração o preço de oferta do bem de capital e o produto que, em conjunto com o trabalho, produzirá. Assim, há uma estimativa feita pelo empresário das receitas esperadas pela utilização do bem de capital, ou melhor, um fluxo de receitas esperado. O ponto em que a taxa de juros se iguala à eficiência marginal do capital, configura-se a decisão ótima do investimento.

O investimento (D2)¹² é a variável chave para determinar o nível de emprego, renda e produto em Keynes¹³: quando a eficiência marginal do capital se iguala à taxa de juros, tem-se investimento de “equilíbrio”, o que não significa o pleno emprego. O investimento em Keynes assume um caráter inerentemente instável, próprio da interação das decisões tomadas na realidade concreta, o que caracteriza a instabilidade da economia. O investimento é instável porque ele depende dos rendimentos *esperados*, as expectativas de quem investe em contraste ao que se efetiva. Essa incerteza corresponde com o fato de ser impossível prever o futuro. Trata-se da *probabilidade*, a qual nos referimos anteriormente. O futuro não é previsível e a história é irreversível.

4. Algumas proposições acerca da intervenção prática com as políticas de Estado

A Teoria Geral de Keynes, publicada em 1936, foi considerada como uma “revolução” no pensamento econômico, - fundadora do campo da macroeconomia nas ciências econômicas - a qual teoriza sobre a natureza dos problemas das grandes economias, apreendendo as características fundamentais da realidade concreta; como o uso da moeda e a sua não neutralidade, contestando aquilo que Keynes chamou de “escola clássica”, como o seu “segundo postulado” e a Lei de Say, abandonando também a pretensão do pleno emprego como o estado comum e estável de uma economia de mercado. Keynes tentou demonstrar que a economia capitalista tem como elemento significativo a sua instabilidade, e esta instabilidade como o estado normal de uma economia monetária de produção. Com a contestação da Lei de Say, abriu-se o caminho para proposição de políticas que contrapusessem as tendências de mercado com o compromisso de manter o pleno emprego com estabilidade de preços.

¹² Outros fatores influenciam na tomada de decisão, mas ficamos com estes para chegarmos a uma conclusão.

¹³ Para Keynes, é o investimento que gera a poupança, mais uma contraposição aos neoclássicos.

O contexto histórico da década de 1920 é o terreno fértil das formulações keynesianas de intervenção estatal. Marcada por uma profunda crise do capital, que deu origem à conhecida grande depressão de 1929, colocou a prova a teoria e a política econômica do *laissez-faire*. As altas taxas de desemprego e grande capacidade ociosa das empresas demonstraram que as políticas econômicas propostas para aquele momento histórico não respondiam mais a esta grande crise. Assim, observando a realidade concreta em crise e as ações práticas que se tomavam a partir dela, Keynes pôde sistematizar uma saída à crise, uma profunda reforma social.

As políticas econômicas precisavam dar respostas aos entraves ao crescimento econômico, e para isso, diversas medidas foram tomadas pelas principais economias, que, posteriormente, ficaram conhecidas como “políticas keynesianas”. Os Estados Unidos apresentam sua resposta à crise com as políticas do *New Deal*, adotadas pelo presidente Franklin Roosevelt (1933-1937). Os anos finais da década de 1930 e as décadas seguintes gestaram retomada do crescimento do capitalismo, iniciando padrão de acumulação chamado de *fordismo/taylorismo*, ou período do pós-guerra, muitas vezes referenciado como “anos gloriosos” ou “era dourada” do capitalismo, o que evidenciou as políticas econômicas de “inspiração keynesiana”.

A vida de Keynes foi marcada por uma atuação política. Esteve presente nas negociações internacionais do tratado de paz em Versalhes (1918), do qual foi crítico, além de ativa participação durante a segunda guerra, escrevendo e auxiliando na reorganização financeira do mundo ocidental. Seus escritos sempre tiveram a preocupação de uma junção entre a teoria e a prática política. Visão de um homem liberal num mundo em que o liberalismo “puro” não conseguiu propor saídas para a retomada do crescimento da economia. Diante dessa realidade, começou a se opor à política econômica hegemônica de sua época.

O Capítulo XXIV da Teoria Geral, intitulado *Notas finais sobre a filosofia social a que poderia levar a Teoria Geral*, ilustra algumas das suas proposições práticas, para isso usaremos uma porção de citações. Com o intuito de superar os “defeitos da sociedade” em que vivia, que se resumia na “incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a desigual distribuição da riqueza e das rendas” (KEYNES, 1996, p. 341), Keynes propõe o aumento de impostos sobre a herança e a diminuição sobre a renda. Contradizendo a afirmação clássica de que era necessário desonerar os ricos para aumentar a poupança, para depois aumentar os investimentos. Segundo Keynes, a necessidade prévia de poupança para viabilizar o investimento é falsa. Com o sistema de crédito desenvolvido, a capacidade de financiamento proporciona o investimento, e este ao aumento da poupança.

Supondo que o Estado aplique o produto destes impostos em suas despesas comuns, de modo que os impostos sobre a renda e o consumo se reduzam ou anulem correspondentemente, é naturalmente inegável que uma política fiscal de altos impostos sobre heranças faz aumentar a propensão da comunidade a consumir. (KEYNES, 1996, p. 342)

A conclusão a que se chega é de que a abstinência dos ricos tolhe mais do que favorece o crescimento da riqueza. Embora Keynes admita que as desigualdades de rendas tenham explicação em fatores tanto sociais quanto psicológicos, essa diferença não deveria

ser em grande disparidade. Os impulsos para acumular, que, segundo ele, advêm da própria natureza humana, podem ser administrados.

Como a Teoria Geral leva a afirmar que a poupança é determinada pelo investimento, uma taxa de juros elevada desestimula o investimento, “esse montante cresce por efeito de uma taxa de juros baixa”. Assim, sendo o investimento a variável chave para determinar o nível de emprego, renda e produto em Keynes, com a taxa de juros menor impacta positivamente na decisão de investir: “o que mais nos convém é reduzir a taxa de juros até o nível em que, em relação à curva da eficiência marginal do capital, se realize o pleno emprego” (KEYNES, 1996, p. 343); quando a eficiência marginal do capital é maior do que a taxa de juros, tem-se um incentivo ao investimento. Levando ao que Keynes acreditava, à eutanásia do rentista, acabando com toda a opressão daqueles que exploravam a escassez do capital.

Ora, embora este estado de coisas seja perfeitamente compatível com certo grau de individualismo, ainda assim levaria à eutanásia do *rentier* e, conseqüentemente, à eutanásia do poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor de escassez do capital. A taxa de juros atual não compensa nenhum verdadeiro sacrifício, do mesmo modo que não o faz a renda da terra. O detentor do capital pode conseguir juros porque o capital é escasso, assim como o dono da terra pode obter uma renda porque a terra é escassa. Mas, enquanto houver razões intrínsecas para a escassez da terra, não há razões intrínsecas para a escassez do capital. (KEYNES, 1996, p. 343-344)

Com o aumento renda na economia, reduz a preferência pela liquidez e, como a taxa de juros é determinada eminentemente no mercado monetário, há um rebaixamento da taxa de juros, aumentando a eficiência marginal do capital: estímulo para investir a partir de uma intervenção prática, e “o Estado ainda teria o recurso de manter uma poupança agregada a um nível que permitisse o crescimento do capital até que sua escassez desaparecesse” (KEYNES, 1996, p. 344). O capitalista rentista desapareceria, deixando de ter sua função, cumprindo seu papel (financiar investimento) nessa fase do capitalismo. Em síntese:

Na prática, portanto, o nosso objetivo deveria ser conseguir (e isto nada tem de irrealizável) um aumento no volume de capital até que ele deixe de ser escasso, de modo que o investidor sem função deixe de receber qualquer benefício, e depois criar um sistema de tributação direta que permita a inteligência, a determinação, a habilidade executiva do financista, do empresário *et hoc genus omne* (certamente tão orgulhosos de suas funções que poderia obter-se o seu trabalho muito mais barato que agora) a dedicar-se ativamente à comunidade em condições razoáveis de remuneração. (KEYNES, 1996, p. 344)

Keynes queria deixar bem claro que sua proposta para a política econômica tinha cunho conservador, e o papel do Estado deve estar muito bem delineado: “O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas” (KEYNES, 1996, p. 345). Não há nenhuma proposta socialista, o que se propõe não é a tomada dos meios de produção, o que compete ao Estado é “determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores” (KEYNES, 1996, p. 345). Tais medidas podem

e devem ser implementadas de maneira gradual para que não fira os princípios de liberdade individual da sociedade capitalista.

A crítica keynesiana mais persistente à economia clássica denuncia que esta não dá conta dos problemas do mundo real. Nas palavras de Keynes:

Nossa crítica à teoria econômica clássica geralmente aceita consistiu menos em revelar os defeitos lógicos de sua análise do que em assinalar o fato de que as suas hipóteses tácitas nunca ou quase nunca são satisfeitas, com a consequência de que ela se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos do mundo real. (KEYNES, 1996, p. 345)

Contundo, quando atingido o pleno emprego as proposições clássicas retornarão e farão sentido tanto teórico quanto político. Neste sentido, Keynes reafirma o seu compromisso com o liberalismo, deixando cada vez mais clara a sua intenção de reformar a realidade em que vivia. Sua intenção não era sobrepor o Estado ao indivíduo, mas apresentar uma solução que, neste contexto histórico, potencializará as premissas liberais, como afirma sua posição sobre o individualismo:

Porém, acima de tudo, o individualismo, se puder ser purgado de seus defeitos e abusos, é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal, no sentido de que amplia mais do que qualquer outro sistema o campo para o exercício das escolhas pessoais. É também a melhor salvaguarda da variedade da vida, que desabrocha justamente desse extenso campo das escolhas pessoais, e cuja perda é a mais sensível de todas as que acarreta o Estado homogêneo ou totalitário. Essa variedade preserva as tradições que encerram o que de mais seguro e auspicioso reuniram as gerações passadas, dá cor ao presente com os diversos matizes de sua fantasia, e servindo a experiência, bem como a tradição e a imaginação, é o mais poderoso instrumento para conduzir à melhoria do futuro. (KEYNES, 1996, p. 346-347)

Assim, a intervenção do Estado tem papel definido:

Por isso, enquanto a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir, poderia parecer a um publicista do século XIX ou a um financista americano contemporâneo uma terrível transgressão do individualismo, eu a defendo, ao contrário, como o único meio exequível de evitar a destruição total das instituições econômicas atuais e como condição de um bem-sucedido exercício da iniciativa individual. (KEYNES, 1996, p. 347)

Desta forma, o Estado serve a este propósito, incrementar a demanda efetiva para que a instabilidade seja amenizada e o investimento seja incentivado, pois “se a demanda efetiva se mostra deficiente, não só o desperdício de recursos causa no público um escândalo intolerável, como também o empreendedor individual” (KEYNES, 1996, p. 347). E nada justifica, segundo Keynes, a existência de Estados “totalitários”.

Os regimes autoritários contemporâneos parecem resolver o problema do desemprego à custa da eficiência e da liberdade. É certo que o mundo não tolerará por muito mais tempo o desemprego que, à parte curtos intervalos de excitação, é uma consequência — e na minha opinião uma consequência inevitável — do capitalismo individualista do nosso tempo. Mas pode ser possível curar o mal por meio de uma análise correta do problema, preservando ao mesmo tempo a eficiência e a liberdade. (KEYNES, 1996, p. 347)

A saída apresentava por Keynes à crise representou a necessidade de uma reforma social profunda, já que a sua preocupação era a realidade concreta. Como reformador social

era preciso propor algo. Assim, a intervenção estatal via políticas econômicas passou a ser uma tarefa para a recuperação da crise que se alastrava por vários anos após a década de 1920. Keynes chegou a propor diversas medidas com o intuito de levar a economia rumo ao crescimento. E se contrapondo aos clássicos, Keynes conseguiu sustentar teoricamente as políticas de intervenção na economia, condizentes com a sua visão reformista e socialdemocrata.

Considerações Finais

Vimos que questões relativas ao método de análise da ciência econômica é uma temática recorrente, sua investigação pode ajudar a esclarecer dúvidas acerca de determinados autores. Em Keynes, essa investigação nos levou a compreender que, para ele, o método aparece posterior a uma concepção mais ampla, isto é, a uma visão de mundo realista, a qual concebe a vida sendo repleta de incertezas decorrentes não por falhas nas informações, mas sim pela própria interação das ações individuais (por exemplo, dos empresários) com a complexidade da totalidade social. Isso significa dizer que Keynes entendia a impossibilidade de tomar a consciência dos fatos futuros: eles são resultados não-probabilísticos desta interrelação dos comportamentos individuais na sociedade.

Sua concepção de acerca da inerente incerteza da realidade tem premissas na sua teoria da probabilidade, que é baseada na ação humana, um trabalho de filosofia prática e ética, cujo resultado é uma ciência moral, em que o comportamento humano se torna o centro da análise. Assim, quando “método-realista” se espraia para a análise econômica, é perceptível que o comportamento individual e coletivo tem a maior relevância: os chamados “agentes econômicos” vão se comportar de acordo com o grau de confiança das suas expectativas. Estas expectativas, pela não previsibilidade do futuro, dadas as incertezas, serão sempre passíveis de mudança, isto é, caso não sejam confirmadas, serão sempre reformuladas num período posterior, continuamente. Não há nada de irracional nesta reformulação, pelo contrário, é racional pensar que o futuro ainda não existe, portanto, não temos certeza do que irá acontecer.

A partir de suas apreensões sobre a natureza da incerteza em uma economia capitalista, o autor chega ao princípio da demanda efetiva, no qual a expectativa de receita dos empresários, em um mundo de incerteza não-probabilística, vai determinar o nível de renda e emprego, na medida que as expectativas balizam a decisão de investimento dos empresários. Caso a expectativa de receitas dos empresários, provenientes das vendas da produção, seja inferior àquela correspondente ao pleno emprego, o ponto de equilíbrio é um ponto com desemprego involuntário, e deverá permanecer nesse ponto até que haja uma modificação na expectativa dos empresários. É nesse ponto, e a partir dos desdobramentos do método sobre a teoria econômica de Keynes, que surge a proposta de política econômica defendida pelo autor, em que o Estado se apresenta como agente estabilizador da incerteza e dos ciclos econômicos, provendo um incremento à demanda efetiva em momentos de deterioração das expectativas dos empresários.

Neste sentido, é basilar em Keynes a preocupação de solucionar, através de medidas práticas, os problemas reais e concretos da sociedade capitalista. Por este motivo, o Estado aparece como um aliado, capaz de atuar no incremento da demanda efetiva para que a instabilidade, diminuindo as incertezas, assim, incentivando o investimento dos empresários.

Referências Bibliográficas

CARABELLI, A. **On Keynes's Method**. The MacMillan Press, LT, 1988.

CARVALHO, F. J. C. Características essenciais do método de Keynes na Teoria Geral. In: Corazza, G. (org.). **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, pp. 175-188, (2003).

_____. Keynes on probability, uncertainty and decision making. **Journal of Post-Keynesian Economics**. v. 11, nº1: 66-81, 1988.

_____. (1992). **Mr. Keynes and the Post Keynesians**. Aldershot: Edward Elgar, 1992.

DAVIS, J.B. Keynes and organicism. **Journal of Post-keynesian Economics**, v. 12, n. 2, p. 308-315, 1989.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **A Tract on Monetary Reform**. Londres: MacMillan (*The Collected Writings of John Maynard Keynes*, v. 4, 1971).

_____. The General Theory of Employment. **Quarterly Journal of Economics**. 51(2), pp. 209 – 223, 1937.

_____. Treatise on probability. **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, volume VIII. London: Royal Economic Society, 1973.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

O'DONNELL, R. M. "Keynes: Philosophy". **Economics and Politics**. Nova York: St. Martin's Press, 1989.

SKIDELSKY, R. **John Maynard Keynes: The Economist as Saviour, 1920-1937**. Londres: MacMillan, 1992.

_____. **John Maynard Keynes: Hopes and Betrayed, 1883-1920**. Londres: Mac-Millan, 1993.

_____. **John Maynard Keynes: Fighting for Britain, 1937-1946**. Londres: Mac-Millan, 2000.

SOUZA, M. A. G. Método e visão de mundo em Keynes: uma abordagem alternativa. In: Corazza, G. (org.). **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: UFRGS, pp. 153-173, (2003).

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. 5. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.